

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, reuniram por meio de plataforma digital, os membros da Câmara de Ensino Fundamental/Especial: Ana Lucia Rodrigues; Dheborá Cristina da Silva; Domingas de Fátima C. Amaral; Isabel Cristina Zarpelon Trevisan; Luiz Carlos Costa da Silva; Mônica Taís Neves da Silva; Rodrigo Cardoso Gomes e as convidadas: Cristiani e Quézia.

A Presidente Domingas de Fátima inicia a reunião fazendo um breve resumo da reunião de ontem, sobre a discussão de um aluno de inclusão. Pergunta se todos tiveram acesso à ata? A Conselheira Ana Lucia faz um comentário antes de iniciar a leitura da ata dizendo que solicitou para a Diretora ontem pela manhã, ela fez o encaminhamento no período da tarde, “podem observar pela leitura que a criança só foi citada, não temos comentário de como essa criança desempenhou a sua atividade durante o ano, não tem comentário da professora regente, também não tem nenhum encaminhamento, a criança aprovando ou reprovando, tem que ter um encaminhamento para essas crianças para o próximo ano, não só no caso desse aluno, mas para as demais crianças, assim como o Parecer descritivo estava incoerente, a própria ata também está, é importante que vocês percebam esses detalhes que não vai corroborar conosco aqui nessa decisão.” A Presidente Domingas de Fátima faz a leitura da ata na parte grifada e comenta que existe uma questão da pedagoga não concordar, e que realmente a criança precisa de um tempo maior para a aprovação, “para mim está claro que está criança precisa desse tempo para que ela tenha os benefícios de direito dela para a aprendizagem.” Na sequência pergunta se alguém quer fazer algum comentário. A Conselheira Ana Lucia pede para que antes disso, a Diretora Cristiani e a Pedagoga Quézia, estão presentes, possam colocar suas falas. A Diretora Cristiani cumprimenta a todos e diz que ela e a pedagoga Quézia, acompanharam desde o ingresso do estudante Samuel na Escola Ananias, a direção os procurou passando todas as situações, a diretora auxiliar sempre estava em contato via telefone ou what’s app, e no final do ano, ficaram surpresas da mãe ter procurado e relatado a aprovação do estudante, uma vez que o Departamento de Educação Especial já tinha dado a opinião deles quanto a reprovação, dar um tempo maior para o aluno estar adquirindo toda a alfabetização dele, “nós fizemos uma ligação por áudio, colocamos no viva voz, para a gente estar ouvindo a direção e a pedagoga com tinha acontecido e colocando também a nossa opinião quanto a decisão do Conselho Escolar.” A Pedagoga Quézia contribui dizendo que acolheu a ligação da mãe e ela estava muito surpresa com o resultado da aprovação do filho, e disse que em momento algum a Escola sinalizou a aprovação, sempre sinalizou a necessidade de retenção, até por conta do tempo e permanência do aluno em sala de aula, foi um tempo muito curto devido ao quadro dele e a dificuldade de adaptação foi bem grande, a mãe queria entrar com um recurso para questionar a aprovação, explicamos que não tinha essa possibilidade, mas havia outras vias que ela poderia acessar, mas que primeiro ela procurasse a Escola e tentasse uma nova conversa. Nesse intervalo foi ligado para a Escola para verificar o que tinha acontecido nesse Conselho de Classe, porque a mãe disse que sempre foi sinalizado para ela tanto pelo Departamento de Educação Especial quanto pelos profissionais da Unidade que ele seria retido, “fizemos uma ligação pelo what’s app, colocamos no viva-voz para que a gente pudesse interagir, e a pedagoga da Unidade disse que foi voto vencido no Conselho, perguntei em que etapa de alfabetização o aluno está? Ela disse que não saberia dizer porque ela não acompanhou a criança de perto e também pelos relatos da professora, ele não realizava muitas atividades, ficava um tempo reduzido da carga horária, fizemos toda uma fala no sentido de que eles tentassem fazer uma revisão disso, mas eles foram irredutíveis, foi utilizado a seguinte frase: O Conselho de Classe é soberano e a gente não vai voltar atrás na decisão. Deixamos claro que a mãe investiria em outras formas de revisão desse resultado, eles falaram, “tudo bem”, foi solicitado todo o material da criança, mas só foi trazido

os Pareceres descritivos que vocês tiveram acesso e que são bem contraditórios.” A Diretora Cristiani complementa que trouxeram sem a assinatura da mãe e não veio nenhum outro material, “solicitei para a mãe também, eu entrei em contato com a mãe, ela estava no Conselho conversando com a Ana, então eu solicitei o material, o que ela tinha em casa, e comentei com a Ana ontem, os caderninhos que tem aqui, são todos da Escola particular e nada da nossa Unidade.” A Conselheira Mônica coloca que depois que ela recebeu a ata que definiu o seu voto, vai votar pela retenção do aluno, e que conhece a pedagoga dessa Escola e se ela solicitou que ficasse consignado em ata o voto dela que fosse pela retenção, é porque foi a decisão acertada, ela é uma pessoa muito competente, bem sensata, acha que algo está errado na Escola. A Conselheira Mônica faz alguns apontamentos, dizendo que primeiro: “A comunicação para essa Escola da decisão do Conselho, seja de forma tranqüila, no sentido de que nós não podemos tirar a autonomia desse Conselho, não podemos abrir precedente de que o Conselho Escolar tira a autoridade dos Conselhos de classe das Escolas desse Município, os Conselhos de Classe são soberanos dentro das Escolas, o Conselho de Classe dentro da minha Escola é correto, temos discussões, os alunos que vão para retenção, aprovação, nós discutimos, colocamos as avaliações dos alunos para análise, nós votamos, os votos são registrados em Ata, é feito de uma maneira séria, nós não conseguimos identificar se isso foi feito nessa Escola e se apenas não foi registrado, não conseguimos identificar se foi uma Ata mal feita ou se isso não aconteceu, na hora que for passado para a Escola a nossa decisão, deve ser passado de uma forma tranqüila, que a decisão do Conselho está vindo de uma forma mediadora, no sentido de que, nós precisamos resolver isso dentro do Município, o Conselho Está entrando como mediador, se esse processo vai para o Ministério Público, a Escola vai passar vergonha, porque está Ata está vergonhosa, não está fidedigna, é um resumo, precisava ter os votos, precisava ser exposto pelo menos quais eram as dificuldades desses alunos, que essa fala seja tranqüila no sentido de não alarmar as outras Escolas dizendo que o Conselho Escolar tira a autonomia das Escolas, porque não é essa a nossa função, estamos agindo como mediadores, estamos evitando um problema maior dessa mãe ir para o Ministério Público, com todos esses registros falhos, vai dar mais problemas para nós, para o Município, para a Escola, Diretores, professores, porque eles vão ter que se justificar, e eles não tem como se justificar, porque o registro deles está vergonhoso. O segundo ponto é que o Município precisa providenciar formação para os gestores, precisam aprender o que é fazer uma Ata, o registro precisa ser fidedigno, é um documento que tem validade jurídica, é importante que saibam, a pessoa que está ali precisa ouvir, se precisar gravar para depois retomar e transcrever, a SEMED, a Prefeitura, precisa dar essa formação, isso é urgente, esse caso foi um alerta, de tempos a gente tem esse problema no Município, mas esse foi um alerta grande, outro ponto é que a gente precisa de formação de profissionais para a elaboração de Parecer de alunos de inclusão, a questão comportamental no Parecer, não era válida, a gente precisava de questões pedagógicas e que não foram colocadas, a gente precisa de formação com profissionais capacitados, especialistas. O último ponto é que esse estudante tenha um acompanhamento otimizado esses anos, que tenha um profissional de apoio e não um estagiário, que seja acompanhado de perto para que seja otimizado esse processo de alfabetização, para que esse segundo ano não seja um ano perdido, para que eles tenham esse direito de aprendizagem garantido e que essa Escola para qual ele foi transferido seja acompanhado de perto, para não chegar no final do ano e ter o mesmo problema, esse aluno precisa ser atendido de fato.” O conselheiro Luiz contribui dizendo que a Ata está bem “estranha”, e que enquanto Secretaria, Conselho, precisa verificar uma situação que vai além da formação, as informações precisam ser claras, será analisado o documento e não a pessoa, precisa ser bem reescrito, concorda com a Mônica a questão das formações e diz que “a SEMED já está fazendo isso na questão da inclusão, reforça a questão do acolhimento que foi

bastante pontuado pela mãe, que não se sentiu acolhida, a Clície trouxe algumas situações as quais abriu em segredo e pediu ética, então além da formação nós enquanto Conselho teríamos que exigir uma conversa com todos esses profissionais no sentido de acolher melhor essas famílias, com carinho, atenção, com afeto, essas famílias que tanto sofrem, só quem é pai de uma criança que tem laudo ou tem alguma situação assim, sabe o que é ter esse tipo de atendimento, para nós qualquer sorriso é diferente, já acalma, qualquer boas vindas já faz a gente ter calma, registra que essas Escolas devem sim, além de formação, receber a advertência no sentido de atender melhor as famílias, não é em vão o nosso papel aqui dentro do Conselho.” A Conselheira Ana Lucia comenta que está preocupada com o horário da Fátima, e solicita para que sejam breves nas falas e se ater na questão da votação e comentários sobre o que vê ou não a importância sobre isso, as questões de Atas e outras, serão levadas para decisão do Pleno, “a orientação sobre Ata a foi dada pelo Conselho quando nós tivemos a questão das atividades pedagógicas, inclusive demos guias de como deveria fazer e como deveria constar, então agora teria que sair um documento, seja do Conselho, a Secretaria se reportar, fazer uma Deliberação, também sobre o Conselho de classe, é importante que nesse momento a gente seja breve, o questão do acolhimento da família vai ser feito, vamos orientar, e as outras orientações cabem para outros Departamentos e não para o Conselho.” A Conselheira Ana Lucia responde para a Mônica que o conselho de Classe é soberano dentro da Unidade, e o Conselho Escolar é soberano ao Conselho de Classe, “se vier algo, nós podemos fazer análise de situações individuais, a gente conversa, discute, se viesse outros dados da Escola, dizendo que teria condições, a gente não iria interferir, mas nesse caso e alguns outros casos que a gente percebe que realmente a Escola falhou e acabou aprovando, aí é nossa função como órgão normativo desse Município, estamos acima também da Secretaria, podemos decidir e fazer com que a Escola retome , já conversei com a Juliana da documentação e o Edson da Escola que ele está, Ananias, e ela vai ter que fazer uma observação no SERE, junto com o Parecer do Conselho, dizendo que houve falha, e tem que fazer a correção dessa criança, pois ela permanece no segundo ano.” O Conselheiro Rodrigo coloca que vai deixar a sua fala para a reunião do Conselho, devido ao horário e que não vai falar enquanto Secretaria, mas como Pedagogo do Estado e com vivência em Município. A Presidente Domingas de Fátima segue para a votação, pergunta para a Conselheira Ana Lucia se pode ser falado ou escrito. A Conselheira Ana Lucia pede para que seja registrado o voto no chat, pela retenção ou pela permanência no terceiro ano, visto que ele já está aprovado, ou pela retenção dele no segundo ano, e coloca que depois vai ser encaminhado um Parecer para a documentação e para a família. Na sequência é feito a contagem dos votos e a Conselheira Ana Lucia anuncia que por unanimidade foi votado pela retenção, permanência da criança no segundo ano. “Para que ela possa ser alfabetizada, tenha um aprendizado, e tenha o direito de tudo o que houve de falhas e que ela não conseguiu no segundo ano, que ela tenha esse direito de refazer este ano e receber todas as propostas do que ficou falho, e quando a gente fala em recomposição da aprendizagem, não é retomar, mas sim a criança ter o direito de ter essa aprendizagem daquilo que não foi feito durante o ano, ela precisa realmente de um tempo maior, a gente precisa respeitar, deixo registrado que a Escola lá no Parecer colocou que ele não completou a carga horária das 800h, mas ela só colocou 12 faltas.” A Presidente Domingas de Fátima diz que é importante lembrar sempre que: ”a gente não está aqui enquanto profissional, mas enquanto membro da Educação e o nosso bem estar, o nosso bem maio aqui, é o aluno, é garantir a ele o direito. Nesse momento eu sou Membro do Conselho de educação e o meu bem aqui, vou brigar sempre pelo direito dessa criança, então acho que e tem esse direito de concluir os conteúdos e ter a aprendizagem adequada que cabe a ele.” A Conselheira Ana Lucia coloca que vai fazer uma declaração agora, e vai chamar a mãe para receber e com essa declaração colocando quanto à retenção, que ela vai fazer o

segundo ano, ele vai poder freqüentar a partir de hoje, se ele estuda à tarde, e o documento oficial para que a Escola faça a correção, vai sair após o documento do Pleno, que é um Parecer, e ali vão todas as orientações que são necessárias tanto para a Escola que está recebendo essa criança, a família, e os demais, além dos dois Departamentos que irão fazer essas orientações. A Conselheira Monica coloca que irá redigir a Ata, porque precisa compartilhar com os seus pares lá no sindicato, diz que não vai colocar o nome da Escola e nem o nome do aluno, mas precisa redigir tudo o que aconteceu na reunião, e pergunta se tem algum problema. A Conselheira Ana Lucia responde que “não, mas não hoje ainda, porque vai ser passado, inclusive todas as Atas já estão prontas e houve uma falha e não foi passado para fazer a aprovação, e precisa ser aprovada, vai ser encaminhado para vocês e na reunião do dia 16, a Câmara se manifesta se aprova ou não essas Atas, a gente irá fazer a Ata dessa reunião de hoje, aí a gente coloca para aprovação no dia 16 também, geralmente é na Câmara, mas como estávamos com as Atas do ano passado para fazer, a Néia fez isso nas férias, foi a Câmara que não funcionou o ano passado, aí a gente aprova e depois dessa aprovação, porque enquanto não for aprovada, a gente não pode publicar, então é só aguardar para o dia 16, a gente aprova, aí você pode e não tem problema nenhum, porque a gente vai publicar também lá no portal.” A Conselheira Mônica diz que sempre faz os seus registros e passa para eles, mas que ela vai esperar. A Conselheira Ana Lucia coloca que se ela quiser fazer um relatório sobre a reunião, tranquilo, mas que a Ata como você diz, é bom colocar que foi aprovada, para não acontecer de alguém dizer que não falou isso ou aquilo e sair o registro lá, só para ter cuidado. Conselheira Ana Lucia agradece a presença da Diretora Cristiani e da Pedagoga Quézia. A Presidente Domingas de Fátima agradece a todos e encerra-se a reunião.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, encerro essa Ata que será assinada pelo Secretário Rodrigo Cardozo Gomes e pela Presidente da Câmara Domingas de Fátima Cardoso Amaral.

Two handwritten signatures in blue ink. The first signature is on the left and the second is on the right, both appearing to be in cursive script.